13 - FUNÇÃO TRANSPORTES

O Relatório destaca que o programa "Melhoria da mobilidade urbana universal", que contempla diversas ações e produtos relacionados ao Sistema Municipal de Transporte Coletivo (SMTC), concentrou 96% dos recursos destinados à Função Transportes na execução do PPA 2014 – 2017.

Quadro 13.1 - Plano Plurianual (PPA) 2014 – 2017

Programa	2014		2015		2016		2017		Total (2014-2017)	
	Planejado (R$ milhões)	Empenhado (%)	Planejado (R$ milhões)	Empenhado (%)	Planejado (R$ milhões)	Empenhado (%)	Planejado (R$ milhões)	Empenhado (%)	Planejado (R$ milhões)	Empenhado (%)
Benefícios e Previdência de Funcionários (3004)	35,24	100,00%	35,26	100,00%	35,50	100,00%	35,61	100,00%	141,60	100,00%
Direitos da Pessoa Com deficiência (3006)	58,05	100,00%	71,45	94,66%	69,25	100,00%	78,62	99,65%	277,38	98,53%
Melhoria da Mobilidade Urbana Universal (3009)	4.851,25	70,87%	3.855,46	96,96%	4.169,99	97,51%	4.507,31	96,42%	17.384,01	89,67%
Suporte Administrativo (3024)	51,28	97,25%	54,72	90,24%	60,85	95,62%	68,13	95,16%	234,99	94,59%
Total da Função	4.995,82	71,68%	4.016,90	96,85%	4.335,59	97,55%	4.689,68	96,48%	18.037,99	89,95%

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 305.

Na LOA 2017, a Função Transportes teve Despesas previstas no montante de R$ 4,3 bilhões e execução de 100,9%, conforme o RAF.

Quadro 13.2 - LOA 2017 (Em R$)

Programa	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
Benefícios e Previdência de Funcionários (3004)	34.562.767,00	35.610.664,97	35.610.664,97	35.285.054,81	102,09%
Direitos da Pessoa Com deficiência (3006)	80.124.496,00	78.624.496,00	78.349.496,00	74.539.594,19	93,03%
Melhoria da Mobilidade Urbana Universal (3009)	4.197.085.320,00	4.507.317.860,44	4.345.795.936,26	4.232.758.183,80	100,85%
Suporte Administrativo (3024)	43.286.122,00	68.132.458,58	64.833.265,80	51.205.314,90	118,29%
Total	4.355.058.705,00	4.689.685.479,99	4.524.589.363,03	4.393.788.147,70	100,89%

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 306.

PROGRAMAS

Melhoria da mobilidade urbana universal

Para este programa a LOA previu Despesas no valor de R$ 4,2 bilhões, tendo sido executados 100,8%. A Ação que mais consumiu recursos foi "Compensações tarifárias do sistema de ônibus" com valores liquidados de R$ 2,9 bilhões (61,6% acima do previsto).

Quadro 13.3 - Programa MMU – Projetos/Atividades (Em R$)

Projeto/Atividade	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
Ações de Educação de Trânsito (2170)	200.000.000,00	13.000.000,00	9.994.000,00	9.980.873,47	4,99%
Implantação e Requalificação de Corredores (3378)	595.004.000,00	170.112.395,64	88.151.503,52	43.299.103,64	7,28%
Modernização do Sistema de Transportes (3704)	9.701.000,00	8.890.000,00	8.890.000,00	0,00	0,00%
Aumento de Capital da SPTrans (3745)	3.050.971,00	3.050.971,00	3.050.971,00	3.050.971,00	100,00%
Implantação e requalificação de terminais de ônibus urbanos (3750)	268.377.526,00	27.583.480,05	10.552.026,24	2.257.472,63	0,84%
Manutenção do Policiamento de Trânsito (4656)	44.760.000,00	44.760.000,00	43.620.738,42	29.201.866,98	65,24%
Operação e Manutenção da Sinalização do Sistema Viário (4658)	95.400.000,00	92.900.000,00	92.499.000,00	80.425.668,01	84,30%
Operação e manutenção do sistema municipal de transporte coletivo (4700)	315.658.667,00	335.982.474,44	335.576.422,09	323.148.225,26	102,37%
Compensações tarifárias do sistema de ônibus (4701)	1.794.207.682,00	2.900.000.000,00	R$ 2.900.000.000,00	2.900.000.000,00	161,63%
Serviços de Engenharia de Tráfego (4702)	713.892.188,00	781.624.580,95	R$ 729.340.167,13	729.188.715,03	102,14%
Operação e Manutenção do Controle e Fiscalização de Tráfego (4703)	80.300.164,00	124.452.885,36	R$ 124.121.107,86	112.205.287,78	139,73%
Outros	76.733.122,00	4.961.073,00	0,00	0,00	0,00%
Total	4.197.085.320,00	4.507.317.860,44	4.345.795.936,26	4.232.758.183,80	100,85%

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 307.

A Auditoria destaca que o PPA previa um orçamento de R$ 11,5 bilhões para projetos de investimentos nesse programa, porém as LOA's do período destinaram pouco mais de R$ 1,3 bilhões. Como resultado da baixa destinação de recursos se tem a inexecução de diversos projetos importantes para a mobilidade urbana, como: "Modernização semafórica", "Construção da alça do Aricanduva", "Construção da ponte Raimundo Pereira de Magalhães", "Modernização do controle e fiscalização de tráfego", e "Execução do plano viário sul". Em 2017, não houve avanço na ampliação de "Vias cicláveis". Outros ainda ficaram inconclusos ou tiveram pequenos avanços como: dos 209,8 km de corredores de ônibus, somente 38,87 km foram implantados; foram executados 8% do previsto para "Implantação e requalificação de terminais de ônibus"; e a "Implantação do complexo nova radial" com 11 km, ficou inconclusa.

Segundo o Relatório, a maior fatia dos gastos do programa corresponde a "Compensações tarifárias do sistema ônibus", que respondeu por 68,5 % e se refere principalmente ao subsídio pago pelo município para cobrir o déficit do Sistema Municipal de Transporte Coletivo de Passageiros (SMTC).

A segunda maior Despesa, "Serviços de engenharia de tráfego", respondeu por 17,2% dos gastos da Função, seguida das Despesas com a "Operação e manutenção do sistema municipal de transporte coletivo", com 7,6% de participação.

O RAF aponta que a avaliação do desempenho do programa, em especial sob o aspecto da qualidade dos produtos e serviços ofertados à sociedade, tem sido feita de duas formas distintas: pela própria administração pública (SMT, SPTrans e CET) e por entidades da sociedade civil organizada, como Rede Nossa São Paulo e Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE).

De acordo com a Auditoria, o descumprimento de viagens é cometido reiteradamente e consta entre as principais reclamações dos usuários, comprometendo a segurança e a confiabilidade do sistema de transporte coletivo, além de acarretar ganhos indevidos às empresas operadoras do sistema. Essa situação caracteriza deficiência grave na prestação dos serviços e tem como uma de suas principais causas a ineficácia da fiscalização adotada pela Administração para prevenir e coibir a prática dessas irregularidades pelas operadoras. Em 2017, o índice médio de cumprimento de viagens do sistema foi o melhor dos últimos 05 (cinco) anos, 91%, mas, nem todas as empresas operadoras apresentaram o mesmo desempenho.

Já o Índice de Pontualidade das Partidas (IPP) atingiu, em 2017, 59% (era 58% em 2016). Também foram identificadas linhas com oferta de lugares muito acima da demanda, gerando capacidade ociosa, seja por superestimação do número de partidas programadas, seja por falha na definição da correta tecnologia veicular. Como decorrência da má especificação do serviço, a quilometragem mensal realizada pelas empresas diverge da quilometragem mensal programada na Ordem de Serviço Operacional (OSO), importante fator para definição dos custos variáveis do serviço.

A Auditoria também destaca que, em 2017, ocorreram 35.428 reclamações de usuários. As reclamações correlacionadas com os descumprimentos de viagens (intervalo excessivo da linha; motorista não atender sinal embarque/desembarque; descumprimento de partida no ponto inicial/final; e ônibus com superlotação) representa 60,3% do total, ficando evidenciado os seus reflexos negativos junto aos usuários do Sistema de Transporte.

A Auditoria aponta que houve melhoria dos indicadores de lentidão, em 2017, em comparação à média do período de 2011/2016 e que há a necessidade de modernização e ampliação da medição de congestionamentos com uso de tecnologia moderna, visando níveis mais fidedignos, tendo em vista que: a extensão considerada corresponde a apenas 868 km (pouco mais de 5% do viário existente no Município); e uma das fontes de dados, as câmeras do Circuito Fechado de Televisão (CFTV), têm percentual de funcionamento muito aquém da capacidade, abaixo de 50%.

Quadro 13.10 - Lentidão nos dias úteis

Pico da Manhã – 07h00 às 10h00 (média das lentidões máximas)

Lentidão	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
km	80	90	83	96	90	81	66
Percentual (%)	9,2	10,4	9,6	11,1	10,3	9,3	8,0

Pico da Tarde – 17h00 às 20h00 (média das lentidões máximas)

Lentidão	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
km	108	125	140	141	114	109	88
Percentual (%)	12,5	14,4	16,1	16,3	13,2	12,5	10,1

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 327.

O Relatório registra que a Rede Nossa São Paulo divulgou, em setembro de 2016, pesquisa sobre Mobilidade Urbana realizada pelo Ibope, revelando que 49% dos entrevistados afirmaram ter usado o carro com "menor frequência". Nova pesquisa, em setembro de 2017, apurou que quase 4 em cada 10 entrevistados (38%) disseram que usaram o carro com "menor frequência"; e cerca de 2 em cada 10 (22%) usaram o automóvel com "maior frequência". Não há evidências, no entanto, de que os usuários dos carros (veículos particulares) estejam migrando para o sistema de transporte coletivo, uma vez que o número de passageiros transportados tem apresentado leve queda nos últimos anos.

A pesquisa de setembro de 2017 indicou que o percentual de usuários de ônibus poderia ser maior se o transporte público fosse de melhor qualidade, sendo que 80% dos paulistanos "com certeza" ou "provavelmente" deixariam de utilizar o carro se tivessem "melhor alternativa de transporte". Outro aspecto a ser destacado é o fato de que, numa escala de 1 a 10, o item de avaliação "a situação do trânsito na cidade" recebeu nota 2,7 (era nota 3,2, em 2016).

O RAF destaca que, em novembro de 2017, o indicador de mortes no trânsito apresentou redução de 10,7%, em relação a dezembro de 2016, e redução de 49,4%, quando comparado a dezembro de 2008. No Programa de Metas 2017-2020 consta como meta atingir 6 mortes a cada 100 mil habitantes até 2020.

A média mensal de mortes, de janeiro a novembro de 2017, é de 66, enquanto a média mensal, em 2016, foi de 76 (diminuição de 13,2%). Comparada com a média mensal de 2008, 122 mortes, a diminuição é de 45,9%.

Ademais, a Auditoria aponta que, em dezembro de 2008, o índice de motociclistas mortos no trânsito por 10 mil motocicletas era de 6,35, caindo para 2,77 em novembro de 2017, uma redução de 56,4%.

O Relatório aponta que aumentou de 41% para 52% os que consideram "melhorar a qualidade do transporte por ônibus" a principal medida a ser adotada pelo Poder Público para a mobilidade.

Quadro 13.12 - Avaliação dos Usuários (escala de 1 a 10)

Categoria	Aspectos Avaliados	Nota 2016	Nota 2017
Locomoção na Cidade de São Paulo	Transporte público de uma maneira geral (ônibus, metrô etc.)	5,1	3,8
	Tempo gasto para se deslocar na cidade	4,2	3,4
	Cordialidade e respeito entre os motoristas	4,1	3,3
	Controle da poluição do ar	3,5	2,8
	Trânsito na cidade	3,2	2,7
Avaliação do Serviço Público de Ônibus em São Paulo	Tempo de duração da viagem	4,8	4,1
	Limpeza dos ônibus	-	4,0
	Pontualidade dos ônibus	4,6	3,8
	Temperatura nos ônibus	-	3,7
	Acessibilidade para pessoas com dificuldade de locomoção	3,9	3,7
	Conforto dos ônibus	4,5	3,6
	Informações aos usuários nos pontos e terminais	4,6	3,5
	Preço da Passagem	3,2	2,8
	Lotação nos ônibus	3,0	2,8

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 327.

A Auditoria indica que persistem as irregularidades contratuais quanto a renovação da frota e que foram constatados, em setembro 2017, 1.574 veículos com idade média acima da permitida contratualmente (10,9% da frota patrimonial). Em ambos os subsistemas a idade média da frota tem aumentado e o envelhecimento tem ocasionado níveis elevados de reprovação quando se trata da inspeção mecânica e de níveis de fuligem.

Por outro lado nas vistorias realizadas pela Auditoria deste Tribunal foram constatados, principalmente, problemas relacionados com desgaste dos pneus, bancos soltos/quebrados e sujeira no interior dos veículos. Também foram constatados alguns problemas relacionados com AVL (Automatic Vehicle Location) inoperante e elevadores de acesso quebrados.

Conforme o Relatório, considerando o total do Sistema (Estrutural e Local), a quantidade de passageiros transportados, em 2017, foi 1,7% inferior à média do período de 2012 a 2016. Neste período, a frota total de veículos licenciada na Cidade de São Paulo aumentou 16,8% (dados do Detran – Dez/12 e Dez/17), e, no caso específico dos automóveis, o aumento foi de 13,9%. Não há evidências de que os usuários dos carros (veículos particulares) estejam migrando para o sistema coletivo por ônibus.

Quadro 13.15 - Total de Passageiros Transportados p/ Tipo de Passageiro

Tipo de Passageiro	2012	2013	2014	2015	2016	2017*
Pagantes	1.686.705.650	1.693.055.869	1.694.711.508	1.558.419.037	1.461.538.801	1.389.700.398
Integrados sem acréscimo tarifário	972.246.641	964.748.888	932.466.488	846.851.545	758.055.045	752.012.647
Gratuidade: Escolar "Passe Livre"	-	-	-	166.212.267	311.773.502	335.321.905
Gratuidade: Idosos e Deficientes Físicos	258.002.669	266.407.713	293.100.344	324.225.609	383.976.663	387.231.124
Total	2.916.954.960	2.924.212.470	2.920.278.340	2.895.708.458	2.915.344.011	2.864.266.074

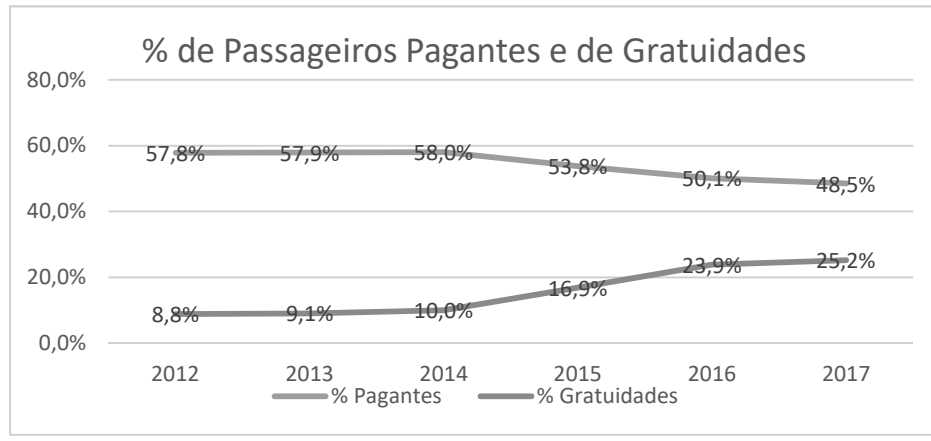
*Data das informações: 26.02.18 - Valores sujeitos a alterações pela SPTrans.

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 327.

Ademais, a participação relativa dos passageiros transportados, em 2017, no total do Sistema é: dinheiro, 5,6%; bilhete comum, 37%; vale transporte, 30,6%; estudante 1,6%; e gratuidades 25,2%.

Observa-se que a participação dos passageiros pagantes está diminuindo em relação ao total de passageiros transportados, em sentido contrário ao aumento de gratuidades (estudantes, idosos e deficientes físicos), segundo o RAF. Em 2012, a participação relativa dos pagantes era de 57,8%, passando a 48,5%, em 2017, e contribuindo para o aumento dos déficits do Sistema de Transporte, que, em 2017, foi de R$ 3,3 bilhões.

Gráfico 13.8 - Percentual de Passageiros Pagantes e de Gratuidades



Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 335.

Direitos da pessoa com deficiência

De acordo com o a Auditoria, o programa Atende, embora previsto no PPA, não possui meta física associada. Em termos financeiros, o montante acumulado dos recursos utilizados ficou muito próximo dos valores previstos no PPA. No entanto, o fato de não haver uma meta física associada à ação dificulta uma avaliação no tocante à eficiência da utilização de tais recursos.

A execução da LOA 2017 também ficou muito próxima do previsto em relação ao transporte de pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. Porém, a execução em relação à ampliação do programa ficou muito abaixo do previsto.

Quadro 13.4 - Programa DPD – Projetos/Atividades

Projeto/Atividade	LOA aprovada (A)	LOA atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	% Execução (E = D/A)
Ampliação do Programa ATENDE (2022)	R$ 7.100.000,00	R$ 5.600.000,00	R$ 5.325.000,00	R$ 2.944.407,60	41,47%
Transporte de Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida - ATENDE (4705)	R$ 73.024.496,00	R$ 73.024.496,00	R$ 73.024.496,00	R$ 71.595.186,59	98,04%
Total	R$ 80.124.496,00	R$ 78.624.496,00	R$ 78.349.496,00	R$ 74.539.594,19	93,03%

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 335.

O Relatório indica que os usuários aprovam maciçamente o serviço que vem sendo prestado por meio do "Taxi Preto Acessível", porém, esses usuários representam 0,05% do total de usuários cadastrados no programa Atende (873.443).

Ainda de acordo com o RAF, caiu o número de usuários entre 2016 e 2017.

Quadro 13.25 - Atende – Porta a Porta

Dezembro	Frota Cadastrada	Atendimentos Realizados Operacional	Usuários	Acompanhantes	Total
2014	369	353	759.904	503.258	1.263.162
2015	388	372	801.074	516.184	1.317.258
2016	388	372	888.321	561.842	1.450.163
2017	430	414	873.443	552.064	1.425.507

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 350.

OUTRAS FISCALIZAÇÕES REALIZADAS

Modal automóvel vinculado a aplicativos de celular

Foi realizada auditoria com a finalidade de verificar a repercussão das novas configurações no uso do modal automóvel vinculado a aplicativos de celular, tais como Uber e similares, caronas compartilhadas, aluguel de autos particulares, Easy Taxi, 99 Taxis e outros, bem como seus impactos na mobilidade urbana, nos congestionamentos e etc., com destaque para as seguintes conclusões:

- O controle e fiscalização das Operadoras de Tecnologia de Transporte Credenciadas (OTTCs) será realizado somente a partir de janeiro de 2018 pela verificação do Cadastro Municipal de Condutores (Conduapp) e do Certificado de Segurança do Veículo de Aplicativo (CSVApp) no interior dos veículos, o que, segundo a SMT, possibilitará, mediante fiscalização, o cruzamento e a compilação de dados de trânsito em relação às OTTCs e motoristas cadastrados;

- Não se pode inferir que o crescimento do transporte individual particular remunerado tenha reduzido a utilização do transporte público coletivo municipal;

- Apesar da redução da inadimplência das outorgas onerosas da categoria Táxi Preto em relação a 2016, 58,00% dos condutores estavam inadimplentes em 23.11.17;

- Ainda não foram realizados no âmbito da SMT/DTP estudos para avaliar o impacto da entrada do transporte individual por aplicativos no sistema municipal de transporte público;

- Levando-se em consideração a redução da média de lentidão no trânsito nos horários de pico, há indícios de que os impactos das OTTC's na mobilidade urbana são positivos, uma vez que o compartilhamento de corridas tende a aumentar a ocupação dos veículos e a reduzir os incentivos à compra do carro próprio, conforme estudo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE);

- Ademais, é possível aferir que a entrada dos aplicativos de transporte propiciou a redução das falhas de mercado, criando uma nova demanda, capturando usuários que antes não utilizavam o serviço oferecido pelos táxis.

A Procuradoria da Fazenda Municipal (PFM) tendo colhido junto aos diferentes órgãos da Administração suas explicações e justificativas, trouxe em manifestação seus esclarecimentos, os quais, serão objeto de tratamento quando das considerações a serem inseridas no sistema "Diálogo".

14 - FUNÇÃO GESTÃO AMBIENTAL

O Relatório destaca que foram planejados, no PPA 2014- 2017 para a Função Gestão Ambiental, R$ 1,8 bilhão para o quadriênio, com queda anual nos índices de execução.

Quadro 14.1 - Plano Plurianual (PPA) 2014-2017

Programa	2014		2015		2016		2017		Total	
	Planejado (R$ milhões)	Emp.(%)	Planejado (R$ milhões)	Emp.(%)	Planejado (R$ milhões)	Emp.(%)	Planejado (R$ milhões)	Emp.(%)	Planejado (R$ milhões)	Emp.(%)
3020	279,90	83%	311,38	62%	334,86	55%	393,39	33%	1.319,52	56%
3005	12,77	25%	15,34	11%	26,49	0%	10,00	0%	64,59	8%
3009	20,00	50%	20,00	150%	30,00	0%	10,00	0%	80,00	50%
3024	72,21	97%	77,46	102%	83,84	97%	90,58	89%	324,10	96%
Total	384,88	81,72%	424,18	71,57%	475,19	55,82%	503,96	42,06%	1.788,21	61,25%

Fonte: Relatório Anual de Fiscalização 2017 fls. 368.

A Auditoria destaca que o programa "Proteção dos recursos naturais da cidade", o único que apresenta execução em 2017, consumiu R$ 112,2 milhões, apenas 63,3% do planejado.

Quadro 14.3 - LOA 2017 – Função Gestão Ambiental (em R$)

Programa	Descrição	LOA Aprovada (A)	LOA Atualizada (B)	Empenhado (C)	Liquidado (D)	Execução % (E=D/A)
3020	Proteção dos recursos naturais da cidade	177.198.846,00	176.648.846,00	131.166.406,81	112.194.549,69	63,32%
3005	Coleta seletiva de resíduos secos e orgânicos	1.000,00	1.000,00	0	0	0,00%
3009	Melhoria da mobilidade urbana universal	1.000,00	1.000,00	0	0	0,00%
Subtotal	177.199.846,00	183.256.272,14	131.166.406,81	112.194.549,69	63,32%	
3024	Suporte administrativo	95.254.672,00	94.754.672,00	80.807.561,40	77.179.626,50	81,02%
Total	272.455.518,00	271.405.518,00	211.973.968,21	189.374.176,19	69,51%	

Fonte: Relatório anual de Fiscalização 2017, fl 369.

PROGRAMAS

Conforme o Relatório, foram previstas na LOA 2017 diversas ações para as quais não houve execução, sendo que a maioria delas não constava no PPA 2014-2017.

Programa proteção dos recursos naturais da cidade (3020)

A Auditoria destaca que para algumas ações do programa não foram fixadas metas físicas e, em alguns casos, foram definidos produtos diversos para a mesma ação, prejudicando a avaliação de compatibilidade da meta financeira com a meta física. Ademais, há ausência de correlação da ação "Implantação de Projetos Ambientais" com um dos produtos definidos para seu acompanhamento (plantio de árvores), que deveria estar contemplado em ação específica.

No geral as atividades desse programa empenharam, ao fim dos 4 anos de PPA, valores pouco significativos. De um total de R$ 1,32 bilhões planejados, foram empenhados apenas 56% (R$ 738,9 milhões), conforme o Relatório. Faz-se distinção à atividade "Operação, manutenção e conservação de parques", que liquidou 86,1% do planejado (R$ 424,17 milhões), ou seja, 70,2% do liquidado pelo programa nos quatro anos de PPA.

Segundo o RAF, em 2014 e 2015, grande parte da execução do programa se deu por meio do FEMA. Em 2017, do total liquidado, apenas 0,9% foram executados por meio do FEMA, continuando tendência iniciada em 2016 de assunção das Despesas pela SVMA.

Gestão / Execução Orçamentária

A Despesa mais representativa do programa no exercício correspondeu à ação "Operação, manutenção e conservação de parques" (que consumiu 92,48% dos recursos da Função), de acordo com o Relatório. Nesse sentido, a grande maioria dos recursos, em 2017, foi gasta com atividades de manutenção e operação, havendo poucos dispêndios com ações de melhoria e ampliação dos recursos naturais da cidade, diferentemente do que havia sido planejado no PPA para este ano já que as ações "Reforma e readequação de parques" e "Implantação de projetos ambientais", tinham grande volume de recursos previstos, representando 40,46% do total planejado para o ano. Ainda assim, constatou-se que, em 2017, 18 dos 96 parques sob responsabilidade da SVMA encontravam-se sem contrato de manejo.

Ademais, o RAF aponta que as metas físicas do PPA 2014/2017 foram atingidas apenas para "Plantio de árvores" (50.112). Para as restantes, não houve atingimento da meta. Para "Reforma e adequação de parques", apenas 13 parques, dos 93 previstos, tiveram ações de readequação e reforma no período todo.

autoridade certificadora oficial
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
GOVERNO DO ESTADO
documento assinado digitalmente
A IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO SA garante a autenticidade deste documento quando visualizado diretamente no portal www.imprensaoficial.com.br sexta-feira, 13 de julho de 2018 às 02:36:34.